



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2013, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:30

1. Apreciação e votação da ata n.º 170/XII, relativa à reunião de 11 de dezembro;

2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Presidente das Estradas de Portugal, sobre o aumento da rede de estradas geridas pela empresa, na sequência da renegociação dos contratos das subconcessões;

3. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Presidente da Autoridade da Concorrência, sobre a recomendação ao Governo relativa aos Custos de Manutenção ao Equilíbrio Contratual (CMEC) no sector elétrico

4. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Relatório Anual sobre as Atividades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da União Europeia em 2012 [COM(2013)713]

- Relator: Deputado Rui Barreto (CDS-PP)

5. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 190/XII/3.ª (GOV) - Autoriza o Governo a legislar sobre o regime de salvaguarda de ativos estratégicos essenciais para garantir a defesa e segurança nacional e a segurança do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, transportes e comunicações, através da instituição de um procedimento de investigação às operações relativas a tais ativos

- Relator cabe ao PEV.

6. Outros assuntos



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

11:30

Audições no âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n.º 419/XI/2.ª - "Aprova o Regime Jurídico do Financiamento Colaborativo"

- Plataforma de *crowdfunding* PPL
- Plataforma de *crowdfunding* Seedrs

10:30

1. Apreciação e votação da ata n.º 170/XII, relativa à reunião de 11 de dezembro;

Submetida a votação, foi a ata n.º 170/XII/3.ª, relativa à reunião de 11 de dezembro, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Presidente das Estradas de Portugal, sobre o aumento da rede de estradas geridas pela empresa, na sequência da renegociação dos contratos das subconcessões;

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) apresentou o requerimento em causa, reiterando a importância de ouvir o Presidente da Estradas de Portugal, S.A., tendo em conta as suas afirmações de que a rede de estradas gerida pela EP iria aumentar 723 km, devido à renegociação das subconcessões, e de que a mudança de paradigma de atuação da instituição iria resultar em ganhos de operacionalidade e eficiência.

Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD), para informar que o seu grupo parlamentar iria votar favoravelmente este requerimento e lembrar que este processo não está ainda concluído, por faltar ainda ser visado pelo Tribunal de Contas), pelo que seria necessário ponderar se esta audição se realizaria logo em janeiro ou mais tarde.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Presidente da Autoridade da Concorrência, sobre a recomendação ao Governo relativa aos Custos de Manutenção ao Equilíbrio Contratual (CMEC) no sector elétrico

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), para apresentar sucintamente o requerimento, lembrar que a matéria tinha sido abordada na semana anterior em Plenário, e considerar relevante ouvir esta entidade na sequência do relatório produzido sobre a matéria em causa.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD), para informar que o seu grupo parlamentar iria votar a favor do requerimento, até porque esta era uma área da qual o Governo tinha muita informação para transmitir; e Hélder Amaral (CDS-PP), para concordar com o requerimento e defender que se deveria aprofundar esta audição para além dos CMEC.

Submetido o requerimento a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

4. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Relatório Anual sobre as Atividades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da União Europeia em 2012 [COM(2013)713]

- Relator: Deputado Rui Barreto (CDS-PP)

O Senhor Deputado Rui Barreto (CDS-PP) usou da palavra para apresentar sucintamente o relatório.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Luís Leite Ramos (PSD), para cumprimentar o relator e informar que o seu grupo parlamentar iria votar a favor do



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

parecer; Bruno Dias (PCP), para cumprimentar o relator e referir que a posição do PCP tem a ver com a política europeia para a ciência e as opções que são tomadas nesta matéria, e não propriamente com o conteúdo do relatório, pelo que se iria abster; Rui Paulo Figueiredo (PS), para cumprimentar o relator, referir que o PS não faz um balanço tão positivo em relação ao ano de 2012 quanto o documento sobre o qual recai este parecer, tendo-se mesmo assistido a um retrocesso nos últimos dois anos nesta matéria; Mariana Mortágua (BE), para referir que o seu partido tem tido uma atitude mais crítica em relação a estas políticas europeias que retiram autonomia aos Estados membros nestas áreas e é essa posição que justifica a sua abstenção e não o teor do parecer.

Concluiu o relator, agradecendo as intervenções, referindo a importância desta área, à qual não é despendida a situação e os constrangimentos subsequentes à situação de Portugal, lembrando que o país tem tido uma posição crescente e relevante nesta área, tendo feito referência aos casos da BIAL e do centro de investigação tecnológica do Centro Champallimaud bem como aos diversos prémios atribuídos a investigadores portugueses.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e as abstenções do PCP e do BE.

5. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 190/XII/3.ª (GOV) - Autoriza o Governo a legislar sobre o regime de salvaguarda de ativos estratégicos essenciais para garantir a defesa e segurança nacional e a segurança do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, transportes e comunicações, através da instituição de um procedimento de investigação às operações relativas a tais ativos

- Relator cabe ao PEV.

O Senhor Presidente deu conta da baixa à Comissão, para apreciação na generalidade, da proposta de lei em epígrafe e referiu que, cabendo o relatório ser elaborado pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, e não se encontrando presente a



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

Senhora Deputada Heloísa Apolónia, tal facto ser-lhe-ia comunicado. A propósito desta iniciativa, o Senhor Presidente informou ainda saber que a Comissão de Defesa Nacional defendia que a mesma deveria baixar à 3.ª Comissão e não à 6.ª, mas iria tentar esclarecer a situação.

A este propósito, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) referiu o facto de esta matéria ir ainda para além das competências da CEOP e da CDN, uma vez que decorre da Lei-Quadro das Privatizações, matéria da competência da COFAP. Alertou ainda para o facto de as competências das comissões serem muitas vezes transversais, o que origina situações como a referida, tendo o mesmo já acontecido noutras situações.

Também o Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) lembrou a situação que se passa com as matérias da defesa do consumidor, dada a sua transversalidade, e o conflito de competências positivo entre as comissões, sempre latente. Sugeriu que a questão fosse abordada pelo Senhor Presidente, numa futura reunião com a Presidente da Assembleia da República.

Contribuiu para este debate o Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD), defendendo o envolvimento da CEOP na discussão da Proposta de Lei n.º 190/XII; reiterando que as questões dos direitos dos consumidores têm sido desviadas sistematicamente para as comissões temáticas, acabando por esvaziar a competência da CEOP nessa matéria, e argumentando que o mesmo se passa em relação às matérias dos fundos estruturais.

Por sua vez, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), concordou com a necessidade de haver articulação entre comissões nas matérias transversais e saudou a disponibilidade do Presidente de abordar a questão numa reunião da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares.

Também o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) referiu que a articulação entre comissões valoriza o debate e dá boa imagem dos trabalhos parlamentares,



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

considerou que esta era uma matéria transversal, valia a pena tentar tratar o assunto conjuntamente.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) defendeu que a CDN deveria pronunciar-se sobre a matéria, mas tendo em atenção o conteúdo da iniciativa, a CEOP deveria continuar a ser considerada a comissão competente.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), para afirmar que nada tinha contra a realização de reuniões conjuntas, o que não podia era defender o esvaziamento das competências da CEOP em função das alterações governamentais, e concluiu dando o exemplo do tratamento das questões relativas aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que estão concentradas na CDN quando as questões mais prementes são da área da CEOP.

Concluiu o Senhor Presidente, para afirmar que se a Comissão não chamar a si as matérias sectoriais, tudo é depois tratado globalmente e nada compete à CEOP, pelo que iria analisar as diversas situações enunciadas, bem como outras que se tivessem verificado, para abordar a questão numa futura reunião da Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares.

6. Outros assuntos

Neste ponto o Senhor Presidente deu conta de terem baixado à Comissão os Projetos de Resolução n.ºs 845/XII, 847/XII, 853/XII e 878/XII, todos relativos ao Céu Único, pelo prazo de 45 dias, para eventual elaboração de texto único.

11:30

Audições no âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n.º 419/XI/2.ª - "Aprova o Regime Jurídico do Financiamento Colaborativo"

- Plataforma de crowdfunding PPL
- Plataforma de crowdfunding Seedrs



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

O Senhor Presidente deu as boas vindas aos representantes das plataformas de *crowdfunding* PPL e Seedrs, tendo-lhes dado a palavra para uma intervenção inicial.

Intervieram em primeiro lugar os representantes da PPL, Eng.^{os} Pedro Domingos e Pedro Pires, que apresentaram a plataforma e através de uma apresentação em [PowerPoint](#) analisaram os diversos tipos de *crowdfunding* e opinaram acerca do projeto de lei em apreço.

De seguida, o Eng.^o Carlos Silva, da Seedrs, usou também uma apresentação em [PowerPoint](#) para apresentar a plataforma e explanar a sua opinião sobre os principais problemas nesta área que a legislação em elaboração deveria prever.

Usaram da palavra, para solicitar esclarecimentos, os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD), Paulo Campos (PS) e Rui Barreto (CDS-PP), tendo os mesmos sido prestados pelos representantes de ambas as plataformas.

A [audição](#) foi gravada e pode ser acedida no site da Comissão.

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de dezembro de 2013.

O PRESIDENTE

(PEDRO PINTO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Leite Ramos
Mariana Mortágua
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Odete Silva
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
Afonso Oliveira
Carlos São Martinho
Gabriel Côrte-Real Goucha
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Heloísa Apolónia
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: